



OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA MATRIZ GEOGRÁFICA: APONTAMENTOS E REFLEXÕES

Gabriel Romagnose Fortunato de Freitas Monteiro ¹

RESUMO

O presente texto se coloca como um investimento de parte da pesquisa de doutorado, que possui maior fôlego e aprofundamento. Nosso objetivo será apresentar, de forma sistematizada, um levantamento teórico-metodológico das reflexões que versam sobre a interface entre Geografia & Movimentos sociais nas abordagens que dialogam e auxiliam nossa pesquisa. Neste sentido, investigar a construção das *políticas de escalas*, das redes políticas de resistência, das territorialidades e dos processos de territorialização do movimento social em questão está no cerne de nossa análise. Estas se colocam como três principais entradas que vão oferecer uma perspectiva de leitura possível no tratamento do problema de pesquisa em questão. Tomamos essas três chaves teórico-metodológicas de forma conjunta e articulada, pois juntas engendram e conduzem ao aprofundamento das reflexões que a pesquisa se propõe a investigar. Na mesma esteira, um segundo debate mobilizado, são as reflexões e proposições de sociólogos/as e geógrafos/as latino-americanos que analisam as experiências das lutas dos movimentos sociais no contexto multifacetado de *abya yala/afro/latino/américa*; aos quais travam diálogos férteis com a Geografia, visto que se apropriam dos termos e conceitos geográficos – território, espaço, ambiente e natureza – para apreender as lutas destes movimentos e construir aportes dialógicos, que emergem dos conflitos. Essas riquíssimas e potentes contribuições influenciam (e são influenciadas pelas) lentes da Geografia brasileira num *continuum* intercâmbio epistemológico e ontológico acerca das espacialidades/geograficidades das lutas sociais – o que é fundamental para nosso trabalho.

Palavras-chave: Geografia, Teoria espacial, Movimentos sociais, Movimento Negro Quilombola.

RESUMEN

El presente texto se sitúa como una inversión de parte de la investigación doctoral, que tiene mayor aliento y profundidad. Nuestro objetivo es presentar, de forma sistematizada, un recorrido teórico y metodológico de las reflexiones sobre la interfaz entre Geografía y Movimientos Sociales en los enfoques que dialogan y asisten a nuestra investigación. En este sentido, investigar la construcción de la política de escalas, las redes políticas de resistencia, las territorialidades y los procesos de territorialización del movimiento social en cuestión son el núcleo de nuestro análisis. Se trata de tres entradas principales que ofrecerán una posible perspectiva de lectura al abordar el problema de investigación en cuestión. Tomamos estas tres claves teóricas y metodológicas en conjunto, porque juntas engendran y llevan a la profundización de las reflexiones que la investigación se propone indagar. En la misma línea, un segundo debate movilizado son las reflexiones y propuestas de sociólogos y geógrafos latinoamericanos que analizan las experiencias de las luchas de los movimientos sociales en el

¹ Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF, gabriel.romagnose21@gmail.com. Professor da área de Geografia Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, unidade Carangola.



contexto multifacético de *abya yala*/afro/latino/américa. Estas ricas y poderosas contribuciones influyen (y son influenciadas) por los lentes de la Geografía Brasileña en un continuo intercambio epistemológico y ontológico sobre las espacialidades/geografías de las luchas sociales - que es fundamental para nuestro trabajo.

Palabras clave: Geografía, Teoría Espacial, Movimientos Sociales, Movimiento Negro Quilombola.

INTRODUÇÃO

O presente texto se coloca como um investimento de parte da pesquisa de doutorado, que possui maior fôlego e aprofundamento. Nosso objetivo será apresentar, de forma sistematizada, um levantamento teórico-metodológico das reflexões que versam sobre a interface entre Geografia & Movimentos sociais nas abordagens que dialogam e auxiliam nossa pesquisa. Desde logo, assumimos que estas abordagens são vastas, plurais e distintas – convergem em determinados pontos e reflexões, divergem em outros e, em outros mais, se complementam – movimento este característico dos diversos aportes e correntes disciplinares, dentro e fora da Geografia. Embora, ao nosso ver, possam dialogar nos aportes políticos-filosóficos que se desdobram nos estudos dos movimentos sociais e das ações coletivas.

Esta escolha, com seus avanços e limites, possui grande relevância ao mobilizar leituras e abordagens dos movimentos sociais – teorias, conceitos e categorias que expandem a capacidade de olhar e refletir (teórica e empiricamente), para o pluriverso dos movimentos sociais, com destaque para nossa pesquisa em particular acerca do Movimento Quilombola, como expressão do Movimento Negro. Outrossim, possibilita formular uma abordagem geográfica direcionada a esta pesquisa.

No desdobramento da tese, nossa proposta é de analisar as ações do que estamos chamando de Movimento Negro Quilombola Brasileiro contemporâneo e suas proposições para a construção de uma agência e agenda antirracista, a partir de sua experiência territorial de larga duração contra a colonialidade do poder e de combate ao racismo estrutural. Estas, se transformam em uma luta histórica pelos direitos territoriais, ao afirmar a existência e r-existências desses sujeitos coletivos (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Neste sentido, investigar a construção das *políticas de escalas*, das redes políticas de resistência, das territorialidades e dos processos de territorialização do



movimento social em questão está no cerne de nossa análise. Estas se colocam como três principais entradas que vão oferecer uma perspectiva de leitura possível no tratamento do problema de pesquisa em questão. Tomamos essas três chaves teórico-metodológicas de forma conjunta e articulada, pois juntas engendram e conduzem ao aprofundamento das reflexões que a pesquisa se propõe a investigar.

Na mesma esteira, um segundo debate mobilizado, são as reflexões e proposições de sociólogos/as e geógrafos/as latino-americanos que analisam as experiências das lutas dos movimentos sociais no contexto multifacetado de *abya yala*/afro/latino/américa; aos quais travam diálogos férteis com a Geografia, visto que se apropriam dos termos e conceitos geográficos – território, espaço, ambiente e natureza – para apreender as lutas destes movimentos e construir aportes dialógicos, que emergem dos conflitos.

Essas riquíssimas e potentes contribuições influenciam (e são influenciadas pelas) lentes da Geografia brasileira num *continuum* intercâmbio epistemológico e ontológico acerca das espacialidades/geograficidades das lutas sociais – o que é fundamental para nosso trabalho.

Neste sentido, apresentaremos em aspectos mais gerais, parte das teorias geográficas cujas reflexões a respeito dos movimentos sociais se dão pela incorporação de paradigmas contemporâneos. Nosso ponto de partida se inicia na leitura dos movimentos sociais sob dois aspectos intimamente relacionados: por um lado, enquanto categoria de análise, teórica e metodológica, por outro, a partir das reflexões empíricas da realidade concreta – situações e experiências que formulam categorias da prática. O fio condutor se dará a partir de uma leitura de síntese, colhendo dos principais estudos escolhidos, as análises das experiências dos movimentos sociais.

Destacamos que a matriz disciplinar da Geografia possui um acúmulo de reflexões, sistematizações e proposições na investigação cujo foco é o campo dos movimentos sociais. São abordagens amplas e plurais, que apontam diferentes paradigmas e correntes interpretativas. Nesta matriz disciplinar, as produções e proposições dos geógrafos Carlos Walter Porto Gonçalves, Marcelo Lopes de Souza, Bernardo Mançano Fernandes e Renato Emerson Nascimento dos Santos, apresentam contribuições teóricas e metodológicas, em caráter mais específico, acerca das espacialidades da ação social que compete aos movimentos e ativismos socioespaciais e socioterritoriais. Estas proposições estão vinculadas, diretas ou indiretamente, ao campo



da sociologia (da ação, política, histórica e cultural) e da filosofia (sobretudo pós-estruturalista e descolonial).

No presente trabalho, os caminhos metodológicos escolhidos serão realizados por meio de uma cartografia das proposições teórico-metodológicas no campo da Geografia, identificando e sistematizando as possíveis chaves analíticas construídas para tratar o campo de investigação dos movimentos sociais e como estas podem orientar a leitura da pesquisa em torno do Movimento Negro Quilombola Brasileiro, foco da nossa pesquisa na tese.

GEOGRAFIA & MOVIMENTOS SOCIAIS: INTERFACES E INTERPRETAÇÕES

A abordagem geográfica acerca dos movimentos sociais cresce em larga escala e com profundas análises e reflexões a partir de suas múltiplas tendências. Por um lado, se afirma o espaço na teoria social, particularmente na teoria social crítica e, ao mesmo tempo, ocorre continuamente sólidas aproximações da Geografia e dos/as geógrafos/as com o tema dos movimentos sociais (SANTOS, 2011). A corrente da Geografia crítica, por exemplo, realiza análises desde os anos de 1960/1970 tomando os movimentos sociais como objeto de pesquisa e como motivadores de sua reflexão – ora, mais próximas, ora, mais distantes.

A sistematização de Santos (2011) em “Movimentos Sociais e Geografia: Sobre a(s) espacialidade(s) da ação social”, explora a construção de um cabedal teórico-metodológico da Geografia a partir dos “raciocínios centrados no espaço” para a leitura das “espacialidades dos movimentos sociais” em suas dimensões (e relações) espaciais. Nesta premissa, identificar “tendências” analíticas é um recurso metodológico que instrumentaliza a compreensão da análise em suas diferenças e diversidades. Em vista disso, identificar e explorar “imagens espaciais” no tratamento dos movimentos sociais na Geografia brasileira se coloca como finalidade de sua análise.

Neste sentido, o referido autor aborda, em sua divisão tripartite, a leitura das tendências analíticas identificadas², a saber:

² Essas três tendências são desdobradas e aprofundadas em sua obra, relacionando autores/as e suas pesquisas realizadas na produção das “imagens espaciais”. Para este artigo, não detalharemos todas essas nuances. Para maiores informações, indicamos a leitura da obra.



1) Geografia da organização dos movimentos sociais – trabalhos com foco nas formas de organização (estrutura organizativa) dos movimentos e sua “configuração espacial”, bem como suas agendas mobilizadoras;

2) Geografia das lutas sociais – destaca a “materialização” das formas de lutas e dos conflitos sociais no espaço – “expressão concreta das contradições sociais”. “São estudos que espacializam as formas das lutas e as dimensões de evidência dos conflitos” (SANTOS, 2011, p. 28);

3) Geo-grafias dos movimentos sociais – surge como tendência mais recente na proposição e categorização do debate, que se apresenta num duplo percurso: de um lado “i) [...] surgem esforços para a proposição de categorias analíticas de leitura dos movimentos sociais a partir do arcabouço conceitual da Geografia contemporânea”, cujo espaço é a base do método; de outro lado, ii) “também há esforços no sentido da proposição de movimento social enquanto categoria de pensamento na geografia” – instante em que o movimento social passa a ser um “instrumento analítico” e “portador de novas ordens espaciais latentes, através de sua *ação* (categoria política, sociológica e espacial, geográfica)” (SANTOS, 2011, p. 28).

Essas três orientações vinculam autores/as à produção das “imagens espaciais” “como fruto da assunção dos movimentos sociais como objeto ou como motivador da sua reflexão [...] para iluminar uma reflexão sobre o(s) tratamento(s) que ela vem conferindo à temática dos movimentos sociais” (SANTOS, 2011, p. 29, grifo nosso).

Por ora, nos concentraremos em parte das reflexões da segunda e terceira análise proposta por Santos (2011), uma vez que será nelas que as proposições dos geógrafos: Marcelo Lopes de Souza, Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Walter Porto-Gonçalves e do supracitado autor estão situadas; e por onde trilharemos o esquadro teórico e metodológico de nossa análise.

“O movimento social como categoria geográfica” tal qual é formulado na proposição de Fernandes (2000; 2005), busca elaborar referências para uma teoria geográfica dos movimentos sociais, construindo análises a partir dos processos geográficos – a espacialização e a territorialização –, ampliando o leque de possibilidades (ao nosso ver, combinados) para além das categoriais incorporadas diretamente de outras áreas. Nesse esforço, Fernandes toma como desafio para a Geografia a construção de referenciais teóricos e metodológicos no que tange os estudos dos movimentos sociais, tanto no campo, quanto na cidade, posto que estes “constroem



estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas” (FERNANDES, 2000, p. 60).

Nesta perspectiva, o autor afirma a necessidade de uma reflexão mais ampla e autônoma dos movimentos sociais, que pense além das formas de organização (estruturas organizativas), mas também incorpore os processos que se desdobram pelos espaços e territórios, construídos e dominados. Ademais, significados, dimensões e ações são fundamentais e devem ser incorporados à análise.

Por esta via, os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial se apresentam, iluminando práticas espaciais materializadas e que tomam o espaço e/ou o território como *trunfos* (na perspectiva de Raffestin), visto que todo movimento social se forma no e pelo espaço, cujas organizações, formas, dimensões e relações se colocam a partir desse referencial.

As reflexões empíricas que balizam suas formulações teóricas se dão pela pesquisa em torno da experiência situacional da práxis do Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem-Terra (MST), que definem objetivos, articulam ações, criam fatos, denunciam problemas, evidenciam questões, modificam a realidade, *desafiam* (e negociam com) o Estado e latifundiários ao passo que definem *metodologias ativas* de luta popular³. Enquanto processos do movimento concreto da ação, tem-se a espacialização e sua produção e reprodução no espaço e no território. Logo, a espacialidade “[...] é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação” (FERNANDES, 2000, p. 63).

Acerca das considerações dos movimentos sociais isolados e movimentos territorializados, o autor aponta que estes têm referência na organização social e no espaço geográfico. Sua abordagem aponta uma diferenciação em termos de organização/ação dos movimentos, uma espécie de “tipologias” do ponto de vista analítico para a compreensão, não somente das organizações, mas também das ações, articulações, estratégias e circunstâncias. Por esta lente, os movimentos isolados são efêmeros e de difícil registro, se organizam na escala local (município ou conjunto de municípios) e têm sua base territorial limitada pela ação do movimento. Ao superarem esta condição, podem vir a ser um movimento social territorializado, que organiza ações

³ “Os elementos que compõem as metodologias [*ativas*] são a formação, a organização, as táticas de luta e as negociações com o Estado e os latifundiários, que têm como ponto de partida o trabalho de base (FERNANDES, 2000, p. 62, grifo nosso).



mais amplas (na produção de novas escalas) para além de sua base territorial de origem. Assim, a territorialização têm vinculações nas formas e nos tipos de experiências das organizações sociopolíticas. Outrossim, nesta ótica, todo movimento socioterritorial nasce de um ou mais movimentos sociais isolados.

No entanto, em nossa perspectiva, a leitura que aponta a diferenciação (isolados *versus* territorializados) acerca dos movimentos sociais pode confundir sua compreensão, uma vez que, não somente são socioterritoriais quando estão articulados (em rede) a partir de vários pontos do território, mas apresentam, na verdade, diferentes tipos de territorialização e escalas de redes de articulação territorial, seja na mobilização e ação nas diferentes escalas espaciais.

No que tange aos tipos de experiências/manifestações, para ele, elas podem ser: espontâneas e isoladas, organizadas e isoladas, organizadas e especializadas. Todavia, é importante destacar que nem toda forma de manifestação/experiência é tipificada nesta referência. São sempre formas de luta e resistência, pois inauguram um espaço (e uma escala) – seja qual for a razão e objetivos da luta. Em sua análise, o exemplo concreto é a luta pela terra, cujos acampamentos, através das ocupações, produzem espaço. As experiências de luta são “[...] resultantes de experiências trazidas de outros lugares. Estão contidas em um projeto político mais amplo e podem fazer parte de uma agenda de lutas” (FERNANDES, 2000, p. 72).

Destarte, movimentos socioterritoriais desenvolvem processo de espacialização e territorialização da luta, ao “[...] espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento”, processos interativos de criação e recriação (espaciais e territoriais) acionadas no processo geográfico (FERNANDES, 2000; 2005).

Em sequência, outra referência de destaque que se preocupa em produzir categoriais de análise a partir/com dos/os movimentos sociais e através do cabedal conceitual do campo da Geografia é o trabalho de Porto-Gonçalves (1998; 2003; 2006; 2010; 2015) e inúmeros outros textos. Seu trabalho desenvolve uma agenda de pesquisa ampla e profunda por ele denominada de “geograficidade dos movimentos sociais”. O autor está inserido no debate do pensamento latino-americano para dentro e fora da Geografia, dialogando com outras áreas do conhecimento, principalmente através dos GTs da CLACSO e em um campo de investigação mais amplo da Ecologia Política. Seus textos tratam da geograficidade do conflito social inerente ao espaço e ao tempo (*geograficidade e historicidade*), partindo da multidimensionalidade e



multitemporalidade do todo. Para tanto, apresenta como os conflitos revelam as contradições espaciais, materializam conflitos sociais (socioespaciais e territoriais) e “expressam a dialética aberta dos processos instituintes” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 7).

Pensar Geografia & Movimentos sociais se refere a repensar as dimensões e relações do espaço, tempo, lugar, território, escalas e natureza, na medida em que todo movimento social se espacializa em determinado lugar num dado período histórico (de curta, média e longa duração) e produz ações, relações, interações, dimensões, negociações, temporalidades etc., no qual alguns possuem (produzem/tomam) o território enquanto base de suas reivindicações, outros não.

Nessas reflexões, ideias e questionamentos para o debate dos movimentos sociais se apresentam: primeiramente, a importância de trabalhos que se colocam para além das disciplinaridades instituídas, uma vez que as contribuições do pluriverso de intelectuais que não cabem nesta divisão do trabalho científico são vastos⁴. Em segundo lugar, parte do pressuposto que o espaço geográfico e a natureza são dimensões constitutivas do social, porém, as análises devem manter-se longe das concepções naturalizadas e reducionistas (determinísticas).

Com efeito, as concepções/vivências/experiências de mundo(s) dos diferentes povos originários, indígenas, quilombolas, seringueiros, geraizeiros e tantos outros, circundados pela categoria de “povos e comunidades tradicionais”, educam para a compreensão e avanço desse processo formativo-disruptivo.

Os sujeitos sociais/políticos coletivos possuem centralidade na conformação do espaço geográfico, pois são considerados como a natureza que toma consciência de si própria. As corporeidades, imaginações e representações simbólicas compõem esta relação. “A geograficidade é uma dimensão necessária de toda sociedade” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 3). Nesta análise, os movimentos sociais adquirem no contexto teórico formulado altíssima relevância, pois trazem à tona, com sua própria existência

[...] não só as contradições inscritas no espaço-tempo como, também, os possíveis inscritos nessa própria realidade (SANTOS, 1996) [...]. Sendo assim, **todo movimento social é portador de uma nova ordem, que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas, entre lugares** (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 8, grifo nosso).

⁴ São citados, neste bojo, autores como Marx e Engels, Antônio Gramsci, Paulo Freire, Mariátegui, entre tantos e tantas outros/as; “[...] esses/as intelectuais não estavam simplesmente interpretando o mundo, mas tentando *transformá-lo*” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 1, grifo nosso).



Esta nova ordem produz um Novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola (PORTO-GONÇALVES, 2015), aos quais, estes movimentos, apontam para a construção de uma nova agenda teórico-política que incorpore a Luta pela Vida, pela Dignidade e pelo Território como eixos possíveis na descolonização do pensamento e da ação dentro (e produzindo fissuras) do sistema-mundo capitalista que é moderno-colonial; se fez (e se faz!), por meio da colonialidade (do Poder, do Saber, do Ser e da Natureza), que lança mão do “pacote de hierarquias” instituintes/instituídas (GROSGOUEL, 2006; QUIJANO, 2010; WALSH, 2012; PORTO-GONÇALVES, 2015).

Os movimentos sociais grafam o espaço e reinventam a sociedade, transformando o substantivo geografia em verbo – geografar –, ou seja, grafar a terra, produzir grafias, inscrições, assinaturas próprias e autônomas, no e pelo espaço – geografias – por atores e sujeitos coletivos, de forma simultânea, relacional, contrastiva e conflituosa (PORTO-GONÇALVES, 2010). Essa ressignificação do espaço, produz novos signos e está inserida nas lutas por mais espaço em diferentes frentes (no campo e na cidade): demarcação e redistribuição das terras-territórios, cumprimento dos direitos territoriais difusos, promoção de justiça territorial/ambiental, respeito e reconhecimento pelo direito à vida e à dignidade humana, garantia de reprodução material e imaterial, reconhecimento e respeito epistêmico e ontológico entre outros.

Afirmam, portanto, sua r-existência ao reivindicar o direito à diferença através da diversidade dos modos de vida(s) e das relações sociedade(s)-natureza antissistêmicos, movimentos estes, *sentipensantes com la Tierra* (ESCOBAR, 2016) – inspiração criativa que também afirma suas culturas (PORTO-GONÇALVES, 2015) e identidades culturais políticas e politizadas (HALL, 2011).

Neste sentido, é possível construir uma teoria geográfica acerca dos movimentos sociais a partir das experiências e das lutas dos/as sujeitos/as, “homens e mulheres de carne e osso”, conforme apontado por Thompson (1993) e recuperado por Porto-Gonçalves (2003, p. 9); com o ideal da construção de uma nova ordem com centralidade na sociedade contemporânea. Assim, ler os movimentos sociais de forma não-hierárquica e a partir das suas agendas e estratégias de luta no presente é fundamental, pois eles podem ser instituintes de movimentos futuros. Ao movimentarem suas agendas de luta, enquanto problemas públicos, movimentam visões, interpretações, políticas e comportamentos da sociedade sobre as questões colocadas.



As pesquisas desenvolvidas por Souza (1988; 1989; 2008; 2010; 2012), desde meados dos anos de 1980, se desdobram no entorno dos ativismos sociais urbanos em geral e dos movimentos sociais em sentido *estrito*, embebido da tradição de Touraine, Castoriadis, Castells, Guatarri e outros intelectuais, no que se referem às discussões teórico-metodológicas.

Partindo de um novo olhar sobre o ativismo de bairro, Souza propõe uma profunda reflexão transdisciplinar nos estudos urbanos, transgredindo normas disciplinares consideradas, à época, como “heresias” em determinadas tradições geográficas. Ao pesquisar sobre o fato social (sócio-espacial) ativismo de bairro, o autor mobiliza recursos analíticos-conceituais necessários para elucidação do papel e significado destes, que atribuem ao *espaço* um referencial não somente de suporte material, mas também organizativo, simbólico e afetivo em suas manifestações (SOUZA, 1989). Por esta ótica, a discussão sobre o significado e o alcance político dos ativismos foi examinada a partir de outros aportes político-filosóficos, a fim de superar dicotomias e parcialismos.

Ademais, ao deslocar a abordagem até então hegemônica para uma abordagem “crítico-geopolítica” do cotidiano da grande cidade, título de seu artigo-convite, desvela as contradições e os conflitos urbanos para além das lutas de classe, incorporando também a dimensão cultural crítica e a crítica das relações sociais, econômicas e políticas no espaço, longe de uma feitichização do espaço e da valorização acrítica da cultura (SOUZA, 1989). Sendo assim, essa experiência humana concreta revela a luta pela humanização da cidade, do bairro e da rua ao questionar o modelo civilizatório em curso: “É todo um modelo civilizatório que está, ainda que no mais das vezes implicitamente, sendo posto em xeque – a tecnologia, a espacialidade, o poder e a cultura em sentido profundo, e não apenas “quem controla o Estado” ou “quem dirige a fábrica” (SOUZA, 1989, p. 43, grifo nosso).

Diante daquele contexto teórico-político-histórico-cultural-econômico, a crítica de Souza faz um apelo e uma convocação, na tentativa de produzir rupturas teórico-conceituais correntes, obviamente consciente dos desafios colocados:

Sejamos, nós, geopolíticos, trazendo o Espaço para o nosso lado das barricadas ao incorporá-lo consistentemente à análise das formas de resistência às opressões contemporâneas. Façamos uma “pequena grande Geopolítica”, uma Geopolítica que, crítica das relações sociais e da organização territorial vigentes sob o capitalismo moderno, ofereça,



insurgindo-se contra suas origens, os balizamentos necessários à reflexão sobre as possibilidades de uma nova sociedade e de uma nova territorialidade (SOUZA, 1989, p. 45).

Por seu turno, suas reflexões e análises dos ativismos urbanos e dos movimentos sociais “em sentido forte” (ou *stricto sensu*) tiveram desdobramentos e ressonâncias de pesquisa nas décadas posteriores, dentro e fora do campo da Geografia das lutas sociais, conforme apontado por Santos (2011), embora, ocorresse momentos sobressalentes e momentos de declínio.

Na persistência de suas apreciações, Souza (2008) apresenta um “panorama conciso da produção intelectual brasileira” acerca dos ativismos sociais urbanos. Ao considerá-los, avalia que “[...] o espaço (social) é, além de um produto social complexo, um produto que influencia/referencia/condiciona as práticas de seus produtores” (p. 368), convicção externada de um ângulo crítico, sobretudo na tradição de Henri Lefebvre desde 1960, que serviu de inspiração à geógrafos/as e não geógrafos/as.

A partir desse pressuposto, o autor versa sobre o conjunto de exigências da pesquisa empírica e para a reflexão teórica, ambas entrelaçadas, aos quais deveriam ser capazes de revelar:

1) as relações entre espaços (vividos e percebidos), dotados de cargas simbólicas (“lugares”), e as identidades das “pessoas comuns” (isto é, não-ativistas de qualquer organização), muitas vezes “identidades espaciais” em sentido forte (“topofilia”, vista em suas manifestações específicas conforme o recorte e a escala); 2) a identidade dos ativistas e ativismos enquanto tais (muitas vezes um ativismo tem sua identidade, e portanto o perfil de sua agenda, condicionada por uma referência forte e direta ao espaço); **3) a maneira como o espaço é decodificado e instrumentalizado de modo a servir de referencial organizacional (territórios, redes, *politics of scale* etc.);** 4) a maneira como o substrato espacial (ou seja, o espaço em sua materialidade) e seus problemas sintetizam ou referenciam as demandas e a agenda de cada ativismo (carências e deficiências de infraestrutura técnica e social, “déficit habitacional”, dificuldades de acesso a equipamentos de consumo coletivo, degradação ambiental, conflitos de uso do solo, especulação imobiliária etc.) (SOUZA, 2008, p. 368-369, grifo do autor).

Isto provoca, neste ponto de vista, um deslocamento analítico no tratamento da capacidade de refletir e elucidar a dimensão espacial nos processos de mudança sócio-espacial (relações sociais e espaciais, simultaneamente) em diversos níveis de abstração: reflexão conceitual, teórica e metodológica. Além disso, aponta um horizonte aproximado do estudo voltado aos ativismos sociais urbanos em sentido forte, compreendendo estes como agentes produtores e modeladores do espaço urbano.



Assim, um longo percurso da produção intelectual sobre os ativismos urbanos (dentro e fora da Geografia, ou melhor, na grande área das Ciências sociais e Humanas) é sistematizada em três momentos: 1) Anos de 1970 – a construção de um campo de estudos; 2) Anos de 1980 – Consolidação e declínio 3) Anos de 1990 – Estagnação. Ressalta-se que essa sistematização é referente aos estudos urbanos, haja vista que aqueles/as geógrafos/as dedicados/as aos estudos agrários e ecológicos a partir dos movimentos sociais e suas organizações, com recorte crítico, vinha florescendo e ganhando espaço e visibilidade nos fóruns de discussão da Geografia e da sociedade, com proeminentes trabalhos acerca das práticas espaciais, territorialidades e territorialização⁵.

Igualmente, e mesmo com um certo declínio e estagnação, houve, em cada contexto dos estudos urbanos, intelectuais que produziram reflexões na contracorrente das abordagens hegemônicas vigentes e na tentativa de ampliar o horizonte de leituras e interpretações possíveis. Já existiam leituras e abordagens sistemáticas e profundas na Geografia acerca dos movimentos sociais, embora não fossem largamente desenvolvidas, marcando uma certa carência, sobretudo acerca dos ativismos sociais urbanos (o que configurava uma grande lacuna). Com o passar dos anos, houve uma retomada e crescimento dessas análises, diretamente ligadas aos ativismos e movimentos sócio-espaciais urbanos: a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Movimento *Hip Hop*, Movimento Negro Unificado (MNU) – com suas múltiplas entidades, projetos e desdobramentos urbanos, tal como a existência dos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC), Quilombos Urbanos, coletivos diversos –, entre outros; Movimento dos pescadores artesanais, Movimentos das Comunidades Tradicionais urbanas etc. “[...] reavivando o interesse dos pesquisadores urbanos brasileiros pela temática dos movimentos sociais” (SOUZA, 2008, p. 377).

Nestes termos, Souza é contundente e nos conduz à seguinte reflexão:

Valorizar e elucidar essas realidades depreende: saber combinar escalas; saber propor espacialidades alternativas; saber atuar nos espaços já existentes (favelas, loteamentos irregulares). **Em tudo isso se percebe a força constituinte (imane) da dimensão espacial na dinâmica dos movimentos sociais hoje** (SOUZA, 2008, p. 381, grifo nosso).

⁵ A título de referência, os trabalhos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1999; 2001); Paulo Roberto Raposo Alentejano (2003) e dos já citados Carlos Walter Porto-Gonçalves e Bernardo Mançano Fernandes, entre outros, são exemplos.



Estes múltiplos saberes geográficos nos leva a tarefa de “espacializar” mais densamente os estudos sobre ativismos e movimentos sociais e impõe desafios que devem ser incorporados nos trabalhos dos/das geógrafos/as que se voltam para estas questões.

O “surgimento” (ou redescoberta, e as devidas atenções dadas) de uma “nova geração”, uma “nova safra” de movimentos sociais deu-se nos anos de 1990, redescobrimo e/ou reinventando certas ideias (princípios, bandeiras de luta, formas de organização), adaptando-as a novos contextos, diferentes daqueles de origem, além de criarem um *léxico* e uma *gramática* própria, que frequentemente influenciou/influencia e inspirou/inspira a produção acadêmica engajada (SOUZA, 2012).

As lutas contra os diversos tipos de opressão (estruturantes e estruturadas), para além da esfera da produção e da contradição capital-trabalho, passa a ser sobrevalorizada nas agendas dos movimentos sociais de “segunda geração”, sobretudo no combate ao racismo e a opressão de gênero e sexualidade. Estas experiências, “[...] parecem encarnar melhor, tipicamente, um “particularismo militante”⁶, tentando consistentemente ultrapassar o localismo e o paroquialismo” (SOUZA, 2012, p. 62), alargando as agendas de enfrentamentos nas múltiplas arenas de disputas.

Consequentemente, os debates entorno da “autogestão”, do “autoplanejamento” e da “autonomia” no âmbito dos movimentos sociais da “nova geração” são incorporados de um ponto de vista libertário e radical. Neste prisma, os movimentos sociais emancipatórios “[...] podem se dissipar, se enfraquecer; ser desbaratados, amansados, ou mesmo domesticados, e com isso, degradar-se e desaparecer. Mas uma *práxis* de oposição radical à ordem sócio-espacial capitalista só pode ter neles os seus protagonistas” (SOUZA, 2012, p. 68, grifo do autor). Daí pensar e projetar a ideia de democracia radical em sentido lato.

Ao versar sobre a autonomia, Souza difere (e explica) entre a autonomia individual e autonomia coletiva. Conceitos e práticas distintas, porém indissociáveis. Em suas palavras:

⁶ Acerca do “particularismo militante”, parafraseamos Souza (2012, p. 62), inspirado no escritor, crítico literário e pensador social, Raymond Williams: “Em resumo, é a capacidade de um grupo social em conseguir conferir conscientemente uma dimensão “universal” à sua luta, conquanto tendo como ponto de partida questões e motivações imediatas específicas/locais”, partindo-se de identidades, mobilizações e agendas particulares.



A autonomia individual refere-se à capacidade e à possibilidade de indivíduos adultos para estabelecer fins (projetos, metas) para a sua existência e persegui-los de modo lúcido. Essa “capacidade” é, portanto também psicológica, e a “possibilidade” mencionada tem a ver com a possibilidade material e institucional de expressar opiniões e de defender os próprios interesses e pontos de vista em igualdade efetiva de oportunidades com outros indivíduos pertencentes à mesma sociedade. A autonomia coletiva, de sua parte, remete à existência de instituições sociais que garantam, precisamente, essa igualdade efetiva – em outras palavras, uma igualdade que não é apenas ou basicamente formal – de oportunidades aos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e, muito especialmente, para a participação em processos decisórios concernentes à regulação da vida coletiva. A autonomia coletiva, por conseguinte, se fundamenta em instituições sociais que permitem a existência de indivíduos autônomos (livres) e educados para a liberdade, isto é, educados para amar a própria liberdade e a dos outros (SOUZA, 2012, p. 79, grifo do autor).

Nessa esteira do pensamento de Castoriadis, só haverá indivíduos autônomos se houver uma sociedade autônoma, e vice-versa. Para isso, a *práxis* de alguns movimentos contemporâneos no Brasil e na América Latina, se dão em termos das experimentações/experiências em curso de “projetos autônomos”, traduzidos na lógica do “poder popular”, apesar do Estado e independente do Estado. Outros, tentam combinar o “apesar do Estado” com o “contra o Estado” de maneira mais radical e fecunda possível, também acionam o “com o Estado”, enquanto tática para disputar arenas da esfera política – tanto para influenciar a elaboração de políticas públicas e leis, quanto na busca por acesso a recursos e fundo públicos (SOUZA, 2012). Essa(s) empreitada(s) são combinadas diante das especificidades, agendas e estratégias dos ativismos e movimentos sociais em sentido forte.

TERRITÓRIO, POLÍTICAS DE ESCALAS E REDES POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA COMO CHAVES (GEOGRÁFICAS) INVESTIGATIVAS

Após abordar à interface entre Geografia & Movimentos sociais, privilegiando os “faciocínios centrados no espaço”, apontaremos brevemente para três chaves analíticas investigativa fundamentais nesta relação. Frisamos novamente que existem diversas leituras geográficas, diversos *links* na abordagem entre os movimentos sociais e os conceitos da Geografia, bem como diversas abordagens construídas. Sendo assim, há três principais entradas que vão oferecer uma perspectiva de leitura possível no tratamento do problema de pesquisa em questão. São elas: **1)** a relação entre Movimentos sociais & Território – como instrumento de luta política e da prática



espacial; 2) a relação entre Movimentos sociais & Políticas de escalas e 3) a relação entre Movimentos sociais & a construção de Redes políticas de resistência. Tomamos essas três chaves teórico-metodológicas de forma conjunta e articulada, pois juntas engendram e conduzem ao aprofundamento das reflexões que a pesquisa se propõe a investigar. Tomamos, portanto, que o jogo da tríade *Território–Escala–Rede* (e suas “famílias” de conceitos) compõem os conceitos estruturantes no desenvolvimento da pesquisa, vinculados diretamente às entradas mencionadas.

Neste horizonte investigativo, a tríade em questão coloca-se como uma “caixa de ferramentas” teórico-metodológica na execução da pesquisa. Sendo assim, faremos um breve apontamento dos principais autores/as que estamos dialogando na pesquisa da tese.

No tocante às reflexões sobre território (territorialidades e processos de territorialização), como chave(s) de leitura(s) teórico-conceitual(ais), seguimos na trilha dos trabalhos que já incorporamos há algum tempo no diálogo de nossas reflexões (cf. MONTEIRO, 2013; 2017), a partir de uma perspectiva relacional e, em sua grande maioria, com “pés” fincados nas múltiplas experiências das realidades brasileira e latino-americana. Deste modo, os trabalhos de Raffestin (1993); Sack (2011); Souza (2009; 2013) Haesbaert (2002; 2009; 2010; 2011; 2014); Cruz (2007; 2013; 2015; Cruz e Oliveira (2017); Porto-Gonçalves (1998; 2003; 2006; 2010; 2015) e Santos (2009; 2011) são centrais em nossa análise, pois, a partir da Geografia (e das Geo-grafias) produziram a possibilidade de uma “virada espacial e territorial”, constituindo uma “abordagem” e um “paradigma territorial” que conduz a deslocamentos nas análises dentro da matriz disciplinar e com possibilidades de leituras centradas no espaço (que incorpora as dimensões materiais, simbólico-culturais e das relações de poder, radicalmente críticas). Neste sentido, esta produção intelectual dialoga com a dinâmica econômica e sociopolítica onde o território está associado ao “recursos territoriais”, os “conflitos territoriais”, os “direitos territoriais” e as “políticas territoriais” (CRUZ, 2015, p. 2), enquanto categoria de análise geográfica e categoria de luta da prática política dos movimentos sociais.

Enquanto categoria da prática insurgente e instituinte, o território está ligado à sociedade civil, com destaque para os movimentos sociais, cujo conceito tem funcionado como dispositivo de agenciamento político (CRUZ, 2015). O uso constante da palavra e noção de *território* é incorporado como categoria política dos grupos sociais, transformado



em um marcador discursivo central nas retóricas dos chamados “novos” movimentos sociais, elemento definidor de suas agendas de lutas (CRUZ, 2015; HAESBAERT, 2010; 2014).

Por outro lado, boa parte desses geógrafos têm nos movimentos sociais, do ponto de vista temático e em sua multiplicidade (urbanos, agrários, ambientais, étnico-raciais, feministas etc.), a inspiração no campo de investigação teórica e empírica de suas pesquisas.

Por sua vez, na pertinência das reflexões sobre a escala, há múltiplos desdobramentos nas reflexões geográficas, aos quais esta é (e vem sendo) discutida como: **i)** um problema epistemológico; **ii)** uma construção social; **iii)** uma construção social que produz políticas de escalas; e **iv)** um problema: de categoria de análise à categoria da prática, entre outros. Citei apenas as “vertentes” que convergem com nossas reflexões de estudo. Nessa seara, inúmeros/as geógrafos/as dedicam-se em cada, ou transitando por esses “campos de investigação” sobre/a partir da escala. Assim, os trabalhos de Castro (2009, 2014), Smith (2000; 2002), Souza (2013), Vainer (2002; 2006), Santos (2011), Soeterik e Santos (2015), Moore (2018) e outras/as iluminam a investigação ora desenvolvida, na perspectiva crítica qualitativa do conceito de escala.

O que irá justificar a escala são os processos simultâneos no/do real, as coexistências de atores e fenômenos que estão orientados nas disputas dos jogos de poder. “A multiplicidade de termos mostra a diversidade de formas como atores sociais subalternos utilizam as “escalas da política” para fazer uma “política de escalas” (SANTOS, 2015, p. 75), ao mobilizar em múltiplos processos escalares (local, regional, nacional, global) atores e recursos para pensar os ordenamentos das escalas e do poder. Estamos tratatando, portanto, da escala não somente enquanto dimensão espacial, mas também como forma, conteúdo e, principalmente, relação sócio-espacial, simultaneamente. A “política de escalas” se coloca, portanto, como uma estratégia para eficácia política, não somente na ampliação de escalas (ação e tamanho), mas também na sua redução, em virtude de contextos situacionais e conjunturais. Assim, os movimentos podem mudar de escalas e acionar saltos escalares através de seus comportamentos, ações e discursos, ou seja, através de práticas espaciais.

Nos termos de Moore (2018), o reconhecimento do poder epistemológico da escala, a partir dos discursos, narrativas e práticas dos sujeitos sociais. Maneiras pelas quais “narrativas, classificações e esquemas cognitivos de base escalar restringem ou



permitem certas formas de ver, pensar e agir” (p. 12). Esta leitura nos conduz a visão mais ampla dos processos situacionais de sujeitos e movimentos sociais ao abrir horizontes de como a escala funciona como categoria epistemológica.

Por fim, e não menos importante, a discussão que envolve a(s) rede(s) & os movimentos sociais também se coloca no horizonte desta investigação. Nesta direção, os/as autores/as versam: desde a constituição de **a)** “tramas das redes socioterritoriais” (COELHO NETO, 2013); **b)** as “estratégias-redes” e as “redes políticas de resistência” (COELHO NETO, 2018); passando pelas **c)** “redes emancipatórias”, “redes de movimentos sociais” e “movimentos sociais em rede” (SCHERER-WARREN, 2012, 2013); **d)** “redes de resistência solidária” (MARTINS, 2009); por fim (longe de acabar), às **e)** “redes ocultas” e “redes submersas” (ZIBÉCHI, 1997; 2007; 2015). Nesta trincheira, “capturar aspectos fundamentais da dinâmica e do modo de estruturação de protestos e ativismos sociais com o auxílio deste conceito” (SOUZA, 2013, p. 168) e de forma especializada, vem ganhando fôlego e envergadura entre as pesquisas dentro, fora, e daqueles que estão mais dentro do que fora, do campo da Geografia (a exemplo de Raul Zibéchi).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, alguns apontamentos se colocam na finalização deste texto. Primeiramente, é visto que a Geografia produziu um acúmulo nos diferentes olhares teórico-metodológicos, desde pelo menos os anos de 1960, de tradição crítica, acerca das análises dos/sobre/com os movimentos sociais. Análises estas que possui uma pluralidade teórica-metodológica-empírica nas diferentes perspectivas. Deste modo, os estudos transitam na construção de abordagens e em diferentes campos da matriz disciplinar, a exemplo dos estudos agrários, urbanos e socioambientais. Nessa esteira, as investigações vão desde os movimentos operários, de bairros, feministas e negros aos movimentos camponeses, indígenas e quilombolas; o que produziu um alargamento teórico e possibilidades analíticas mais ricas e críticas a partir das imagens espaciais e dos raciocínios espaciais.

Em segundo lugar, as pesquisas vêm identificando possibilidades de análise teóricas e empíricas através de suas categoriais investigativas que se voltam aos movimentos sociais: tanto as categorias de análise, que tentam responder aos problemas



de pesquisa, quanto categorias que emergem da luta política dos próprios movimentos sociais e passam a ser objetos/sujeitos de investigação. Este processo possibilita revisar, como também inserir perspectivas teóricas e metodológicas com centralidade nas questões espaciais e a partir da Geografia, que também é tensionada. Assim, as categoriais apresentadas aqui como chaves investigativas são mobilizadas por pesquisadores/as para compreender estas relações construídas como estratégias da prática espacial.

Com efeito, essas reflexões ganharão fôlego, desdobramentos e profundidade na análise teórico-conceitual e empírica no âmbito da tese. Por ora, permanecemos neste percurso que impõe desafios cotidianos no contexto vigente e projetamos, no esquadro da artesanaria da escrita, sua continuidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CASTRO, Iná Elias de. O Problema da Escala. In: CASTRO, Iná E. de.; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas** – 12ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução?. **Espaço Aberto**, v. 4, n.1, p. 87-100, 2014. Disponível em: <
<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2435>>. Acesso em 10 set 2019.

COELHO NETO, A. S. **A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói–RJ, 426 f., 2013.

COELHO NETO, Agripino Souza. A espacialidade das ações coletivas: notas para o debate. In: SANTOS; Edinusa. M. C; COLHO NETO, Agripino. S; SILVA, Onildo. A. DA. **Espacialidade e movimentos sociais. Salvador da Bahia: Consequência**, p. 155-170, 2018.

CRUZ, Valter do Carmo. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBERT, Rogério (orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. Cap. 5, p.93-122.

_____. Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social, terra e território**. 1ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, v. 1, p. 119-176.

_____. Território e processos de territorialização: usos e concepções



metodológicas no campo da geografia, 2015 (mimeo).

CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo. **Geografia e Giro Descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la tierra: las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del sur. **AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 11, n. 1, p. 11-32, 2016. Disponível em: <<http://www.aibr.org/antropologia/netesp/numeros/1101/110102.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 59-86, 2000. Disponível em: <<https://agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/361>>. Acesso em 15 abr. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SILVA, AA da. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra – 2000-2003. **Presidente Prudente**, v. 5, 2005. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/SILVAAndersonAntonio.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2020.

GROSGOUEL, Ramón. La Descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: trasmodernidad, pensamento fronterizo y colonialidad global. In: **Tabula Rasa**, enero-junio, número 004, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Bogotá, Colombia, p. 17-46, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de. *et all* (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas** – 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **O Mito da Des-territorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, L. C. e FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro, Rio de Janeiro: DP&A, 2011.



MARTINS, Ananda de Melo. **Rede de resistência solidária: resistência e cotidiano na luta pelo direito à cidade em Recife-PE**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 180 f., 2009.

MOORE, Adam. Repensar a escala como uma categoria geográfica: da análise para a prática. **GEOgraphia**, v. 20, n. 42, p. 3-24, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13829>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MONTEIRO, Gabriel R. F. de F. **Território, identidade e lutas sociais: A geo-grafia da Comunidade Quilombola do Grotão no Parque Estadual da Serra da Tiririca – Niterói/RJ**. Monografia (Graduação em Geografia). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo-RJ, 122 f., 2013.

_____. **Sobreposição Territorial e r-existência local: uma análise do conflito territorial do Quilombo do Grotão no Parque Estadual da Serra da Tiririca – Niterói/RJ**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói–RJ, 250 f., 2017.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

_____. “A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais conflitos e Reforma Agrária”. In: **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, São Paulo, Set./Dez., 2001.

PORTO-GONÇALVES. **Geografando – Nos Varadouros do Mundo: Da Territorialidade Seringalista à Territorialidade Seringueira**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

_____. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther y SADER, Emir (coord.). **La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

_____. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100724072446/17porto.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **INTERthesis**, v. 1, n.1, p. 1-55, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americana. In: Revista **GEOgraphia**, v. 8 nº 16, p. 41-55, 2006a. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13521>>. Acesso em: 20 abr 2018.



_____. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther (org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006b. pp. 151-197. ISBN: 987-1183-34-8. Disponível em <<https://goo.gl/1HYVUM>>. Acessado em 10 de out. de 2019.

_____. Geografia e conflito social: reflexões teórico-políticas, 2010 (mimeo).

_____. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 41, 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/11027>>. Acesso em: 10 out. de 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. DE S. & MENESES, M. P. (orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

SACK, Robert. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C. e FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Movimentos sociais e geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SCHERER-WARRER, I. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. Curitiba: Editora Appris, 2012.

_____. Redes e movimentos sociais: projetando o futuro. **Revista Brasileira de Sociologia**, nº 1, v. 1, p. 187-217, 2013. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/27>>. Acesso em: 20 dez 2020.

SMITH, N. Contornos de uma Política Especializada: veículos dos sem-teto e a produção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (Org.). **Espaço da Diferença**. Campinas-SP: Papirus, 2000.

_____. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Terra Livre**, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Ano 18, n. 19, p. 127-145, 2002.

SOETERIK, INTI MAYA; NASCIMENTO DOS SANTOS, R. E. Escalas da ação política e movimentos sociais: o caso do Movimento Negro Brasileiro e a emergência de políticas educacionais de combate ao racismo. **GEOgraphia**, v. 17, n. 33, p. 69-97, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13698>>. Acesso em: 20 ago. de 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em



Geografia. UFRJ: Rio de Janeiro, 1988.

_____. Por uma abordagem "crítico-geopolítica" do cotidiano da grande cidade: um novo olhar sobre o ativismo de bairro. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 12, p. 38-45, 1989. Disponível em: <<http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/anigeo/article/view/1465>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

_____. Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; COELHO, Maria Célia N.; CORRÊA, Aureanice M. **O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II**. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 367-384, 2008.

_____. Autogestão, "Autoplanejamento", *Autonomia*: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. **Revista Cidades**, v. 9, n. 15, p. 59-94, 2012.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?. **Cadernos IPPUR**, v. 15, n. 2, p. 13-32, 2002. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/view/Issue/281/91>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 8, n. 2, p. 9-9, 2006. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/159>>. Acesso em: 10 fev. 2018.